

## **Editorial**

Amélia Lopes<sup>1</sup>

O tema educação e liberdade remete-nos para as comemorações dos 50 anos do 25 de abril de 1974. A importância do 25 de abril para o desenvolvimento da Educação em Portugal nunca deixará de ser exaltada e sublinhada. No que concerne ao conhecimento científico em educação, a formação de professores primeiro e também o desenvolvimento dos departamentos e unidades de investigação em educação e ciências da educação e da formação, eles próprios produtos e produtores de mudança, são pilares incontornáveis do processo de desenvolvimento do país. Sem essa literal liberdade nada teria sido possível e com ela quase tudo se tornou possível ainda que nem sempre tenha sido possível.

A progressiva ascensão do managerialismo e da performatividade na configuração dos critérios de qualidade, acompanhada de injunções sistemáticas associadas à padronização e à avaliação - retirando da equação o sentido nuclear do afazer educativo - teve por efeito, em Portugal e em todo o mundo, a perda de interesse pela profissão docente, como se os critérios exteriores de qualidade fossem a contradição da própria qualidade. Em sequência, cresceu o interesse em investigar a fundo as condições de vinculação à profissão dos possíveis e atuais professores. A liberdade é uma dessas condições.

Presa nas malhas da técnica e dos processos e procedimentos de educação sem pessoas dentro, a qualidade tem sido reduzida a um número e outras entidades palpáveis e simples. Mas em educação a qualidade rima com liberdade. O tema Educação e Liberdade alude, portanto, também a um movimento internacional que procura com determinação e lucidez colocar a liberdade de criação, de invenção e de conceção no afazer educativo, nas mais diversas instâncias e seus diferentes atores, no centro da investigação em educação.

Esta terceira série da Revista Investigar em Educação (RIE) não podia começar de melhor forma. Os artigos reunidos neste primeiro

---

<sup>1</sup> Presidente SPCE

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade do Porto,  
[amelia@fpce.up.pt](mailto:amelia@fpce.up.pt)

número, com diferentes origens geográficas e provenientes de diferentes setores e áreas da educação, colocam no centro da indagação e da reflexão a liberdade como condição necessária à qualidade da educação.

O artigo “Educação para a Democracia em Ambiente Virtual - Práticas de formação docente para a aprendizagem estética e corporizada em eLearning”, de Cláudia Neves e colaboradores, dando conta de experiências e resultados do projeto europeu AECHED (Aesthetic and Embodied Learning for Democracy-as-becoming), põe a tónica numa conceção de democracia como relação, que abre o conhecimento e a participação ao campo do sensível, do corporal e do afetivo, como contexto para a adesão de professores e educadores à transformação e melhoria educativa.

No artigo “A Influência da Liderança do Diretor na Deliberação Democrática: O Conselho Pedagógico como Espaço de Governação Escolar” de Lúcia Gonçalves e Ana Cabral, mostra-se como as práticas democráticas, transformacionais e distribuídas de liderança, no contexto do Conselho Pedagógico, valorizando a participação e a construção ativa de consensos, promovem não só a corresponsabilização e a deliberação informada, como também o bem-estar e o sentimento de pertença dos professores.

O artigo “Educação, Liberdade e Comunidade: Práticas Educativas Transformadoras em Contextos de Habitação Social, de Sofia Silva e Nuno Fraga, e o artigo “Projetos coparticipados em Educação de Infância: a autonomia e a liberdade através da metodologia de trabalho de projeto”, de Rita Leal e Joana Freitas-Luís, incidem na formação em educação superior como aprendizagem da liberdade e das suas condições.

No primeiro caso, focalizam-se os ganhos conseguidos num estudo de campo em colaboração com entidades locais, valorizando os saberes das comunidades e a liberdade como caminho de emancipação: ganhos nos estudantes (de Licenciatura em Ciências da Educação); ganhos na comunidade; e ganhos na construção do conhecimento em mediação. No segundo caso, através da análise do uso da Metodologia de Trabalho de Projeto na formação de educadores de infância, evidencia-se a liberdade das crianças como elemento pedagógico fundamental: liberdade de iniciativa, liberdade de propor, de analisar, de procurar e de construir o próprio conhecimento.

No artigo de Clara Cruz, “Políticas e práticas de Formação Contínua em Portugal: percursos e desafios”, faz-se uma análise pormenorizada e multifacetada dos caminhos das políticas de formação (contínua) de professores, encarando-a como ação pública e com a preocupação de dar conta da sua apropriação local por organizações e atores.

*Editorial*

Lhays Marinho da Conceição Ferreira, no artigo “Educação como aporia: desafios ao GPS docente na era das prescrições digitais”, usa o conceito de “GPS docente” para analisar, com base em legislação e programas no Brasil, as prescrições curriculares de natureza digital. O “GPS docente” impõe práticas curriculares aos professores fechando os seus espaços de liberdade e, portanto, impedindo a própria docência. A autora propõe uma conceção de educação como “aporia”, ou seja, “imprevisível, ética e relacional”.

São, portanto, muitas as razões para nos orgulharmos com este primeiro número e, por isso, também, os nossos agradecimentos a autores e revisores. Pretendemos que a Revista Investigar em Educação, nesta terceira série, continue o excelente trabalho realizado pelos seus criadores e continuadores, seja um espaço de encontro de profissionais, estudantes em formação e instituições, e também de exposição do tanto que se faz em Portugal e nos países de língua oficial portuguesa, em muitos projetos de investigação nacionais e internacionais de grande qualidade, seja o ponto de partida a formação, seja o ponto de partida a investigação.